



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:
vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº: 0715766-62.2016.8.02.0001

Ação: Recuperação Judicial

Requerente: Critério Engenharia Ltda.

Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>: Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>

DECISÃO

Trata-se de manifestação de fls. 845/851 da Recuperanda, onde solicita que este juízo que CODEVASF se manteve inerte e não realizou a liberação das verbas que estão retidas, pugnando pelo pedido de majoração de multa e medidas coercitivas.

A Recuperanda requereu, também, a dispensa de certidão de regularidade e qualquer outro documento para garantir a possibilidade de participação em procedimento licitatório.

DECIDO.

Por ser de urgência relevante, decido, por ora, o pedido de participação em licitação a ser realizada, no próximo dia 13/06/2017.

Com relação a tal pedido de participação em processos licitatórios, não vejo óbice à sua concessão, isto porque, exigir de uma empresa, que possui como uma de suas fontes de receitas a contratação com o Poder Público, a apresentação das certidões de regularidade fiscal, a exemplo da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Trabalhistas, para que possa continuar concorrendo em novos certames, inviabilizaria seu crescimento, contribuindo negativamente para a preservação da mesma e o próprio fim da recuperação judicial.

Outrossim, poderá a empresa em recuperação ser eliminada do procedimento licitatório por diversos outros motivos além das declarações de existência de débitos anteriores à concorrência, de modo que a flexibilização das exigências constantes na Lei



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,

Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:

vcivel3@tjal.jus.br

nº. 8.666/93 não implica em sucesso automático em tal concorrência, mas apenas na possibilidade de a empresa em Recuperação Judicial buscar sua permanência no mercado, o que tem de ser incentivado pelo Poder Público.

Neste sentido, é o entendimento do STJ, senão veja-se:

“DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013). 3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,

Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:

vcivel3@tjal.jus.br

comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. **Nessa linha de inteligência, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.** 4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005. 5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes. 6. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ - REsp: 1173735 RN 2010/0003787-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/04/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2014)(grifei)."

E outra,

"RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO REGIMENTAL. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. POSSIBILIDADE. 1. A apresentação de certidão negativa de débitos fiscais pelo contribuinte não é condição imposta ao deferimento do seu pedido de recuperação judicial. Precedente da Corte Especial. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1376488/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 01/09/2014 – grifo nosso)."

Com efeito, deve ser dispensada a exigência das certidões para que a



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:
vcivel3@tjal.jus.br

Recuperanda possa participar de QUAISQUER procedimentos licitatórios, inclusive no pertinente a realização de novos contratos.

Ao teor do exposto, **autorizo a participação da Recuperanda nos Processos Licitatórios junto ao Ministério Público de Alagoas ou qualquer outro órgão municipal, estadual ou federal, enquanto em curso este processo de Recuperação Judicial, independentemente da exigência de apresentação das certidões de regularidade fiscal.**

Ressalte-se que, no caso de adiamento do respectivo certame, a Recuperanda fica autorizada a participar da licitação que vier a ser remarçada, bem como que a presente decisão não impede que o licitante exija outros documentos e garantias para a contratação, visando preservar o interesse público.

Tendo em vista os requerimentos de fls. 722/729 e 830/833, dou vistas ao Administrador Judicial para que o mesmo se manifeste.

Em razão da urgência dos assuntos aqui tratados, autorizo os representantes da Critério Engenharia a entregar pessoalmente cópia desta decisão para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Cumpridas as determinações e os expedientes aqui delimitados, venham os autos conclusos para decidir os requerimento acima listados e o pedido contra a Codevasf.

Publique-se.

Maceió, 09 de junho de 2017.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
Juiz de Direito